

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ 82.982.075/0001-80 / Brusque - SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas aos exercícios de 2019.

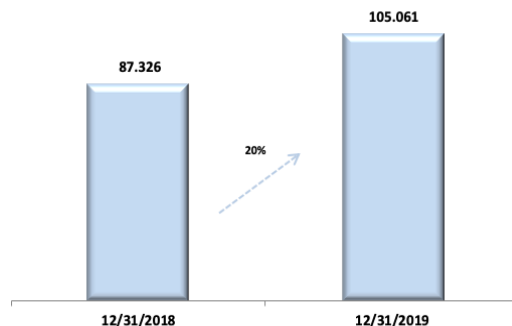
A Administração informa adicionalmente que os auditores independentes não prestaram nenhum outro serviço além da auditoria externa.

Desempenho Econômico Financeiro

Descrição da Conta	Consolidado	
	31/12/18	31/12/19
Receita Operacional Líquida	87.326	105.061
Custo dos Produtos Vendidos	-63.504	-71.912
Resultado Bruto	23.822	33.149
Margem Bruta	27%	32%
(Despesas) Receitas Operacionais	-9.942	-8.402
Com vendas	-11.521	-12.030
Gerais e administrativas	-11.563	-12.958
Outras receitas operacionais	6.097	468
Receitas não recorrentes	7.091	16.134
Outras despesas operacionais	-46	-16
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.880	24.747
Resultado Financeiro Líquido	-25.185	-3.270
Receitas financeiras	480	1.343
Despesas financeiras	-25.665	-4.613
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	-11.304	21.477
IR e CSLL Sobre o Lucro	-138	-69
Resultado Líquido do Exercício	-11.442	21.408

Receita Líquida

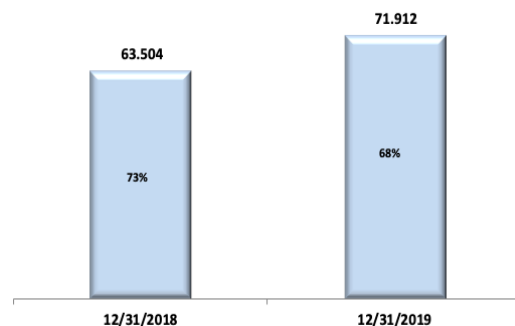
A receita operacional líquida teve um crescimento de 20pp, se comparada ao mesmo período do ano anterior.



CPV e Resultado Bruto

O CPV decresceu de 73% para 68% da ROL, portanto, a Margem Bruta aumentou em cinco pontos percentuais. Isso se deveu à maior ocupação da capacidade produtiva, superior ao ano anterior, tendo como consequência ganho de produtividade a diluição de custos fixos, mas não foi possível repassar aos preços de vendas os aumentos de custos das matérias primas, energia elétrica, folha de pagamento e demais insumos.

CPV



Recuperação Extrajudicial

Conforme já amplamente divulgado, a administração da Companhia ajuizou, em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE").

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa e não envolve fornecedores e funcionários.

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no Plano de RE.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

Perspectivas

Conforme reportado nos relatórios trimestrais, a receita do ano de 2019 teve um crescimento considerável e a Companhia obteve bons resultados no decorrer do exercício.

As perspectivas iniciais para o ano de 2020 eram de uma continuidade no aumento da receita, com um certo temor em relação aos resultados, provocado pelos aumentos dos custos das matérias primas que sofrem impacto direto do dólar, e a dificuldade de repassar estes custos nos preços.

Neste momento, porém, com a crise provocada pelo Coronavírus (COVID-19), a Companhia já pode afirmar que terá impactos no resultado e fluxo de caixa, mas ainda totalmente incertos e sem condições de serem projetados.

Conforme comunicado em fato relevante publicado no dia 20/03/2020, a Companhia está com suas atividades suspensas. O retorno se dará no dia 07/04/2020.

A suspensão das atividades, que já vinham sendo conduzidas de forma mínima desde a decretação do estado de emergência em Santa Catarina (decreto 515/2020 - 17/03/20), foi feita com a concessão de férias aos profissionais da empresa. Apenas alguns serviços internos essenciais estão mantidos a fim de não comprometer nosso bom relacionamento com clientes e fornecedores, bem como para manter o garantir o pronto e eficaz funcionamento de certos ativos produtivos no momento da retomada da atividade industrial.

Quando possível avaliar, a relataremos o impacto causado pela atual crise.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE		59.158	50.783	58.918	50.538
Caixa e equivalentes de caixa	5	274	87	403	861
Contas a receber de clientes	6	16.305	17.498	16.305	17.498
Estoques	7	37.050	28.016	37.050	28.016
Tributos a recuperar	8.a	955	325	955	325
Outras contas a receber		4.242	4.580	3.874	3.561
Despesas do exercício seguinte		218	277	217	277
Outros ativos circulantes		114	-	114	-
NÃO CIRCULANTE		124.778	123.957	125.437	124.623
Realizável a Longo Prazo		5.957	5.750	5.491	5.153
Depósitos judiciais	9.a	857	453	857	453
Créditos com controladas		466	597	-	-
Tributos a recuperar	8.b	1.041	1.050	1.041	1.050
Ativos não operacionais	11	3.593	3.650	3.593	3.650
Investimentos	12	924	786	-	-
Imobilizado	13	115.155	115.021	117.204	117.070
Intangível	14	2.742	2.400	2.742	2.400
TOTAL DO ATIVO		183.936	174.740	184.355	175.161

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE		319.733	340.061	319.749	340.079
Obrigações sociais e trabalhistas	15	7.664	15.493	7.674	15.506
Fornecedores		6.676	5.004	6.676	5.004
Fornecedores Parcelados		56.064	56.064	56.064	56.064
Obrigações fiscais	16.a	52.126	63.698	52.132	63.703
Empréstimos e financiamentos	17.a	42.600	35.166	42.600	35.166
Debêntures	18	47.584	42.320	47.584	42.320
Obrigações com pessoas ligadas	20	1.811	4.134	1.811	4.134
Obrigações com pessoas físicas		1.089	945	1.089	945
Comissões e royalties a pagar		1.211	762	1.211	762
Outras contas e encargos a pagar		2.101	4.249	2.101	4.249
Provisões fiscais	19	100.807	112.226	100.807	112.226
NÃO CIRCULANTE		155.575	147.485	155.978	147.888
Empréstimos e financiamentos	17.b	115.782	111.588	115.782	111.588
Tributos federais	16.b	34.218	34.033	34.218	34.033
Tributos municipais		3.887	-	3.887	-
Obrigações com pessoas físicas		1.543	1.732	1.543	1.732
Depósitos judiciais	9.b	145	132	145	132
Tributos diferidos	10	-	-	403	403
PASSIVO A DESCOBERTO	21	(291.372)	(312.806)	(291.372)	(312.806)
Capital social	21.a	8.186	8.186	8.186	8.186
Reservas de capital	21.b	9.983	9.983	9.983	9.983
Reservas de lucros		571	571	571	571
Reserva de reavaliação		799	799	799	799
Ajuste de avaliação patrimonial		1.332	1.381	1.332	1.381
Prejuízos acumulados		(312.243)	(333.726)	(312.243)	(333.726)
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		183.936	174.740	184.355	175.161

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	104.798	87.063	105.061	87.326
CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	24.a	(71.912)	(63.504)	(71.912)	(63.504)
RESULTADO BRUTO		32.886	23.559	33.149	23.822
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	24.a	(12.030)	(11.521)	(12.030)	(11.521)
Gerais e administrativas	24.a	(10.883)	(9.584)	(10.972)	(9.675)
Honorários dos administradores	25	(1.986)	(1.887)	(1.986)	(1.887)
Eventos não recorrentes	31.a	16.134	11.396	16.134	11.396
Outras receitas operacionais		462	22	468	22
Efeitos líquidos PERT		-	1.770	-	1.770
Outras despesas operacionais	24.a	(16)	(46)	(16)	(46)
Resultado de equivalência patrimonial	12	137	141	-	-
		(8.182)	(9.709)	(8.402)	(9.941)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS		24.704	13.850	24.747	13.881
Receitas financeiras		1.343	466	1.343	480
Despesas financeiras		(4.613)	(25.665)	(4.613)	(25.665)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	24.b	(3.270)	(25.199)	(3.270)	(25.185)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E DA CS		21.434	(11.349)	21.477	(11.304)
Contribuição social diferida		(7)	(25)	(23)	(42)
Imposto de renda diferido		(19)	(68)	(46)	(96)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A NÃO CONTROLADORES		-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		21.408	(11.442)	21.408	(11.442)
QUANTIDADE DE AÇÕES (EM MIL)	26	4.259	4.259	4.259	4.259
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO (em reais)		5,027	(2,687)	5,027	(2,687)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado Líquido do Exercício	21.408	(11.442)	21.408	(11.442)
Efeitos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial do Imobilizado	49	93	49	93
Resultado Abrangente do Exercício	21.457	(11.349)	21.457	(11.349)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de Lucros		Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Investimentos e Capital de Giro				
			37	534				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.186	9.983		571	799	1.561	(324.597)	(303.497)
Ajustes de exercícios anteriores							2.039	2.039
Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(274)	274	-
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	94	-	94
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(11.442)	(11.442)
			37	534				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.186	9.983		571	799	1.381	(333.726)	(312.806)
Ajustes de exercícios anteriores							-	-
Realização do Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(75)	75	-
Realização/baixa provisão IRPJ e CSLL sobre a Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	26	-	26
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	21.408	21.408
			37	534				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.186	9.983		571	799	1.332	(312.243)	(291.372)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado líquido antes do IRPJ/CSLL diferidos	21.434	(11.349)	21.477	(11.304)
Itens que não representam movimentação de caixa				
- Depreciações e amortizações	4.919	5.232	4.919	5.232
- Baixa de impostos diferidos (IRPJ e CSLL)	26	93	26	93
- Provisões para devedores duvidosos	(820)	(1.586)	(820)	(1.586)
- Ajuste a valor presente	(23)	11	(23)	11
- Equivalência patrimonial/Investimentos em controlada	(137)	(141)	-	-
- Baixa tributos MP 470	(16.134)	-	(16.134)	-
- Ajuste de exercícios anteriores	-	2.039	-	2.039
- Provisão de juros e multas sobre passivos	13.301	7.528	13.301	7.530
Geração (utilização) bruta de disponibilidades	22.566	1.827	22.746	2.015
(Aumento) Redução de ativos operacionais				
- Contas a receber - circulante e não circulante	2.036	3.188	2.036	3.188
- Estoques	(9.034)	(532)	(9.034)	(532)
- Outras contas a receber	338	(2.813)	(312)	(2.142)
- Impostos a recuperar	(630)	18	(630)	18
- Despesas do exercício seguinte	59	(3)	60	(3)
- Adiantamento a fornecedores	(114)	23	(114)	23
- Depósitos judiciais - não circulante	(403)	13	(403)	38
- Mútuo com controlada - não circulante	130	133	-	-
- Impostos a recuperar - não circulante	9	491	9	491
- Outros ativos- não circulante	57	-	57	-
Aumento (Redução) de passivos operacionais				
- Fornecedores	1.672	527	1.672	527
- Salários e encargos sociais	(7.829)	(7.894)	(7.832)	(7.895)
- Obrigações tributárias - circulante e não circulante	(2.786)	8.151	(2.786)	8.154
- Comissões a pagar	449	(132)	449	(132)
- Outras contas e encargos a pagar	(2.147)	126	(2.147)	126
- Depósitos judiciais - não circulante	13	(4)	13	(4)
	4.386	3.119	3.784	3.872
IRPJ / CSLL diferidos do período	(26)	(93)	(69)	(138)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.360	3.026	3.715	3.734
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Acréscimos de imobilizado	(5.471)	(898)	(5.471)	(898)
Baixas líquidas do imobilizado	907	138	907	138
Acréscimos de intangível	(831)	(274)	(831)	(274)
Baixas líquidas do intangível	-	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(5.395)	(1.034)	(5.395)	(1.034)
III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Varição parcelamento	-	733	-	733
Novos empréstimos e financiamentos bancários	22.773	14.170	22.773	14.170
Novos empréstimos de pessoa física e jurídica	-	2.372	-	2.372
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários	(18.714)	(16.853)	(18.714)	(16.853)
Pagamentos de empréstimos pessoa física e jurídica	(2.837)	(2.349)	(2.837)	(2.349)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	1.222	(1.927)	1.222	(1.927)
IV - AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	187	65	(458)	773
V - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	87	22	861	88
VI - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	274	87	403	861

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
I - Receitas				
Receitas de vendas e serviços	135.932	113.067	136.232	113.367
Outras receitas	400	6.075	405	6.075
Provisão para devedores duvidosos	820	1.587	820	1.587
	137.152	120.729	137.457	121.029
II - Bens e serviços adquiridos de terceiros (a)				
Insumos adquiridos de terceiros	(20.290)	(21.082)	(20.290)	(21.082)
Materiais , energia, serviços de terceiros, comunicação e água	(33.337)	(26.339)	(33.337)	(26.339)
Outros gastos de produção	448	61	448	61
	(53.179)	(47.360)	(53.179)	(47.360)
III - Valor adicionado bruto (I - II)	83.973	73.369	84.278	73.669
IV - Retenções				
Depreciação e amortizações	(4.919)	(5.232)	(4.919)	(5.232)
	(4.919)	(5.232)	(4.919)	(5.232)
V- Valor adicionado líquido (III - IV)	79.054	68.137	79.359	68.437
VI - Valor adicionado recebido em transferência				
Ganhos de capital	62	21	62	21
Resultado de equivalência patrimonial	137	141	0	-
Descontos PERT	-	1.770	-	1.770
Descontos REFIS Municipal	359	-	359	-
Ajuste/redução dívida	-	5.321	-	5.321
Compensações MP 470/09	16.134	-	16.134	-
Receitas financeiras	1.343	466	1.343	480
	18.035	7.719	17.898	7.592
VII - Valor adicionado total a distribuir	97.089	75.856	97.257	76.029
VIII - Distribuição do valor adicionado	97.089	75.856	97.257	75.985
Pessoal	30.889	27.291	30.960	27.366
Remuneração Direta	27.318	24.100	27.385	24.171
Benefícios	1.794	1.708	1.794	1.708
FGTS	1.777	1.483	1.781	1.487
Impostos, taxas e contribuições (b)	36.184	29.931	36.279	29.985
Federais	18.288	15.050	18.373	15.093
Estaduais	17.351	14.330	17.351	14.330
Municipais	545	551	555	562
Remuneração de capitais de terceiros (c)	4.767	25.814	4.769	25.814
Juros	4.612	25.664	4.614	25.664
Aluguéis	155	150	155	150
Remuneração de capitais próprios	21.408	(11.442)	21.408	(11.442)
Resultado do exercício	21.408	(11.442)	21.408	(11.442)
Outros	3.841	4.262	3.841	4.262
Perdas de capital	35	116	35	116
Comissões/royalties	3.806	4.146	3.806	4.146

(a) exclui pessoal, impostos e quotas de depreciação e amortizações

(b) inclui ICMS, PIS, COFINS, INSS, SESI, SENAI, SEBRAE, ISS, IOF e taxas diversas

(c) inclui despesas financeiras em geral

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TRRX3 e TRRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme divulgado em Fato Relevante, no mês de março do ano de 2018 houve alteração no controle acionário da Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Em decorrência disso, as ações ordinárias da Companhia foram objeto de Oferta Pública registrada na CVM em 04 de outubro de 2018 sob o nº CVM/SRE/OPA/ALI/2018/003, tendo a B3 autorizado a realização da operação em seu Sistema Eletrônico de Negociação em 03 de outubro de 2018. O encerramento da OPA aconteceu no mês de novembro de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Continuidade operacional

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Apesar da companhia ter apurado lucros no ano de 2019, no montante de R\$ 21.408, apresenta ainda um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 312.243 (R\$ 333.726 em dezembro de 2018). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 2019 no montante de R\$ 291.372 (R\$ 312.806 em 31 de dezembro de 2018). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e debêntures.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Em relação aos débitos tributários, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT, conforme descrito na nota explicativa no 28. No ano de 2018 e 2019, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia manteve em dia tal parcelamento. A expectativa é pela manutenção deste cenário, resultando assim no equacionamento de seus débitos tributários.

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 26 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

Já em relação às principais dívidas financeiras, a empresa implementou em 28 de fevereiro de 2019 uma importante decisão que há muito vinha sendo estudada. Todos os detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 30.

a) Base de consolidação

A reversão do atual cenário (passivo a descoberto), depende do sucesso destas estratégias.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2018).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e

b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 18 de março de 2020.

· Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa

um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

i) Caixa e bancos conta movimento: incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) Aplicações financeiras: estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são

apurados pela comparação entre os recursos advindos das transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. Alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em processo de falência. Líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (Impairment)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a contrato; valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS VIGENTES PARA O ANO DE 2019

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC, nos termos da legislação, que são aplicáveis desde 2019:

- CPC 06/IFRS 16: “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A nova política contábil aplicável introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se:

• O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;

• A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos

• A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia fez uma avaliação e não observou impactos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da adoção inicial do CPC 06 / IFRS 16.

- CPC 32/ICPC 22: “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, interpretação emitida em 07 de dezembro de 2018 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A interpretação descreve a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, requerendo que a entidade divulgue:

• Julgamentos feitos ao determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais;

• Informações sobre as premissas feitas ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

Na avaliação da Companhia, a adoção da interpretação não trouxe impacto nas demonstrações financeiras, considerando que os procedimentos utilizados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em conformidade com a legislação tributária vigente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Caixa	15	11	15	11	
Bancos conta movimento	240	65	369	839	
Aplicações financeiras	19	11	19	11	
TOTAL	274	87	403	861	

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Controladora e Consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
Cientes	26.523	27.662
(-) Provisão para perdas	(6.832)	(7.652)
(-) Receita não realizada IRFS 15 *	(3.210)	(2.302)
(-) Ajuste a valor presente	(176)	(210)
TOTAL	16.305	17.498

* Ver Nota Explicativa 23

b) Aging List

Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	369	4,88%	4.906	25,88%
31 - 60 dias	17	0,23%	4.645	24,51%
61 - 90 dias	103	1,36%	3.173	16,74%
Acima de 90 dias	7.080	93,53%	6.230	32,87%
TOTAL	7.569	100%	18.954	100%

7. ESTOQUES

Controladora e Consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	15.830	12.505
Produtos em elaboração	13.992	8.835
Materiais diretos	4.916	3.763
Materiais de consumo	2.036	1.962
Importação em andamento	276	951
TOTAL	37.050	28.016

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas relevantes sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR - Controladora e Consolidado

a) Circulante

	31/12/2019	31/12/2018
IPI	11	10
ICMS	257	172
PIS/COFINS	537	130
IRPJ/CSLL	137	-
Outros	13	13
TOTAL	955	325

a) Não Circulante

	31/12/2019	31/12/2018
COFINS (multa)	29	293
PIS/COFINS	608	632
ICMS	404	125
TOTAL	1.041	1.050

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS - Controladora e Consolidado

a) Ativo não circulante

a) Passivo não circulante

	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Marinha Mercante	295	295	Processos trabalhistas	146	132
Processos trabalhistas	146	132	TOTAL	857	453
PRODEC	341	-			
Outros	75	26			
TOTAL	857	453			

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

Controladora

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado.

Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2019, a situação na Controladora era a seguinte:

a) Tributos diferidos ATIVOS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	504	523
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	181	188
SUBTOTAL	685	711

b) Tributos diferidos PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(504)	(523)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(181)	(188)
SUBTOTAL	(685)	(711)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	0	0

No ano de 2019 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de (R\$ 26 mil) referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controladora também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2019, a situação Consolidada da Companhia era a seguinte:

Consolidado

a) Tributos diferidos ATIVOS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	504	523
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	181	188
SUBTOTAL	685	711

b) Tributos diferidos PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(800)	(819)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(288)	(295)
SUBTOTAL	(1.088)	(1.114)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	(403)	(403)

11. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2019 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.593 mil (31/12/2018 – R\$ 3.650 mil).

	31/12/2018	Transf. imob.	31/12/2019
Máquinas e equipamentos	3.650	(57)	3.593
Total	3.650	(57)	3.593

12. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.

	Quantidade de Cotas Possuídas		Porcetagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Renaux-View Ltda.	9.998	99.998	99,99	99,99	924	786	137	141

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

Direitos		Obrigações	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
836	1.616	-	-
Receitas		Despesas	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
-	-	300	300

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

13. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	54.027	-	54.027	54.027	56.076	56.076
Imóveis	33.141	(3.141)	30.000	30.700	30.000	30.700
Máquinas de grande porte	74.818	(49.640)	25.178	27.512	25.178	27.512
Veículos	1.056	(758)	298	273	298	273
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.370	(9.328)	1.042	1.734	1.042	1.734
Outras imobilizações	2.190	(1.809)	381	455	381	455
Imobilizado em andamento	4.215	-	4.215	30	4.215	30
Asto a fornecedores	14	-	14	290	14	290
TOTAL	179.831	(64.676)	115.155	115.021	117.204	117.070

Taxas médias de depreciação/amortização

Terrenos	0,0%
Imóveis	2,5%
Máquinas de Grande Porte	10,0%
Veículos	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%
Direitos de Uso	20,0%

O valor lançado em imobilizações em andamento de se referem, principalmente, à aquisição de bobinadeiras e filatórios, que ainda estavam em processo de instalação.

13.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2019
Terrenos	54.027	-	-	-	54.027
Imóveis	33.061	-	-	80	33.141
Máquinas de Grande Porte	74.644	174	-	-	74.818
Veículos	1.087	99	(130)	-	1.056
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.046	328	(42)	38	10.370
Outras Imobilizações	2.083	115	(8)	-	2.190
Imobilizado em andamento	30	4.312	(9)	(118)	4.215
Adto a fornecedores	290	442	(718)	-	14
TOTAL	175.268	5.470	(907)	-	179.831

13.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2019
Imóveis	(2.361)	(780)	-	-	(3.141)
Máquinas de Grande Porte	(47.131)	(2.509)	-	-	(49.640)
Veículos	(814)	(72)	128	-	(758)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(8.312)	(1.043)	27	-	(9.328)
Outras Imobilizações	(1.628)	(185)	4	-	(1.809)
TOTAL	(60.246)	(4.589)	159	-	(64.676)

14. INTANGÍVEL – Controladora e Consolidado

	31/12/2019			31/12/2018
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	4.603	(1.889)	2.714	623
Software em Andamento	28	-	28	1.777
TOTAL	4.631	(1.889)	2.742	2.400

14.1. Movimentação do custo corrigido

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2019
Direitos de Uso	2.023	831	-	1.749	4.603
Software em Andamento	1.777	-	-	(1.749)	28
TOTAL	3.800	831	-	-	4.631

14.2. Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2019
Direitos de Uso	(1.400)	(489)	-	-	(1.889)
TOTAL	(1.010)	(489)	-	-	(1.889)

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Salários	882	875	883	877
Provisão para férias	2.603	2.501	2.609	2.509
Provisão para 13º salário	-	-	-	-
INSS e CPRB	1.296	1.158	1.298	1.160
INSS (MP 470/09) *	-	8.514	-	8.514
FGTS	242	214	243	215
FGTS parcelado	-	38	-	38
Salário educação - FNDE	148	130	148	130
SESI	89	78	89	78
SEBRAE	35	31	35	31
SENAI	325	249	325	249
Parcelamento - Leis 11.941/09	2.000	1.667	2.000	1.667
Outros	44	38	44	38
TOTAL	7.664	15.493	7.674	15.506

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
ICMS	261	508	261	508
ICMS parcelamento	1.312	962	1.312	962
ICMS - PRODEC	34.711	34.138	34.711	34.138
IPTU	619	10.485	619	10.485
IPTU Parcelado	5.276	-	5.276	-
ISS retido	14	13	14	13
IRRF/IRPJ/CSLL	4.393	2.473	4.398	2.473
PIS/COFINS (MP 470/09) *	-	7.507	-	7.507
PIS/COFINS/CSLL retidos	10	16	11	21
Parcel. Ordinário CPRB RFB	1.801	1.366	1.801	1.366
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	774	157	774	157
Parcel. Previdenciário PGFN	212	199	212	199
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	841	798	841	798
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	-	1.222	-	1.222
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	1.828	3.681	1.828	3.681
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	802	676	802	676
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	19	16	19	16
(-) Trib. Receita não Realizada IFRS 15	-747	-519	-747	-519
**				
TOTAL	52.126	63.698	52.132	63.703

* Ver Nota Explicativa 31

** Ver Nota Explicativa 23

Parcelamento	Parcelas	Início	Fim	
Parcel. Ordinário CPRB RFB	145	ago/17	Jan-30	
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	set/23	
Parcel. Previdenciário PGFN	60	out/18	set/23	
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	Jan-30	
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	24	ago/17	Jul-19	
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	24	ago/17	Jul-19	
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	Nov-09	out/24	Índice de atualização: SELIC
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	dez/29	

b) Não circulante – Controladora e Consolidado – Parcelamentos de Tributos Federais

	31/12/19	31/12/18	Parcelas	Início	Fim
Parcel. Lei 11941/09 PGFN	2.694	3.325	180	Nov-09	out/24
Parcel. Lei 11941/09 SESI/SENAI	442	537	180	Nov-09	out/24
Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	252	269	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - PREVIDENC. PGFN	14.184	15.151	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - OUTROS PGFN	144	154	180	ago/14	dez/29
Parcel. Adicional SENAI -N.01234/DN	39	63	60	mai/17	abr/22
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	7.638	8.044	145	ago/17	Jan-30
Parcel. Ordinário CPRB RFB	3.974	5.121	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	457	589	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	619	780	60	dez/18	Nov-23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	2.379	-	60	dez/19	Nov-24
Parcel. Previdenciário PGFN	1.396	-	60	dez/19	Nov-24
TOTAL	34.218	34.033		Índice de atualização: SELIC	

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Controladora e Consolidado

a) Circulante	31/12/19	31/12/18
* Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	14.552	13.410
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	14.552	13.410
Banco Daycoval	11.152	7.309
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,54%am	6.611	6.455
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,99%am	3.651	-
EGF, juros de 8,75%aa	890	854
Banco Sofisa	9.692	6.000
Empréstimos de capital de giro em dólar, com juros médios de 10,1%a.a.	2.684	
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55%am	7.008	6.000
REDASSET FIDIC	-	9
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,15%am	-	9
Banco Safra	194	3.993
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,35%am	194	3.993
Sicoob	458	1.078
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	458	1.078
MAXINVEST	1.046	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,85%am	1.046	-
PLATA FIDIC	-	310
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,10%am	-	310
CREDITISE FIDIC	55	81
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,95%am	55	81
ATLANTA - ATHENA FIDIC	1.512	
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,3%am	1.512	
Toyota Textile Machinery Europa AG	653	-
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	653	-
MURATA MACHINERY	243	-
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	243	-
* D&D Administradora de Bens Ltda.	2.928	2.861
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	2.928	2.861
Saldo negativo em contas correntes bancárias	115	115
TOTAL	42.600	35.166

b) Não Circulante	31/12/19	31/12/18
Toyota Textile Machinery Europa AG	1.161	-
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	1.161	-
MURATA MACHINERY	439	-
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	439	-
* D&D Administradora de Bens Ltda.	114.182	111.588
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	114.182	111.588
TOTAL	115.782	111.588

* Ver nota explicativa nº 30 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

18. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 01/09/2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 01/09/2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 01/09/2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 01/09/2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 01/09/2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestral, a partir 01/03/2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 47.584 mil (31/12/2018 – R\$ 42.320 mil).

Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução.

Após regular processamento do feito, a execução encontra-se em fase de discussão do cálculo do montante atualizado da dívida, em razão da divergência de interpretação da sentença pelas partes. A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença segundo entendimento da Companhia, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M.

Para evitar-se quaisquer atos de constrição dos bens penhorados, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento o qual foi julgado

procedente em 12 de novembro de 2018, sendo que contra o Acórdão foi impetrado Recurso Especial por parte da Planner, ainda pendente de julgamento.

O processo de execução encontra-se suspenso por conta do Plano de Recuperação Extrajudicial em andamento. Ver nota explicativa nº 30 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

19. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 100.807 mil (31/12/2018 – R\$ 112.226 mil).

19.1. Perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	31/12/19	31/12/18
Tributárias	50.459	55.805
Trabalhistas	1.122	1.239
Cíveis	301	301
TOTAL	51.882	57.345

a) Tributárias: decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos.

b) Trabalhistas: decorre de reclamatórias de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas.

c) Cíveis: decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido.

20. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS – Controladora e Consolidado

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Circulante	
	31/12/19	31/12/18
Pessoas Físicas	1.811	4.134
Mútuo - capital de giro, com juros médios de 1,52% am., sem correção monetária. Vencimentos até 15/11/2019.	1.811	4.134
TOTAL	1.811	4.134

21. PASSIVO A DESCOBERTO

a) Capital social

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias

e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	137.673	114.059	137.673	114.059
Vendas mercado externo	2.505	1.959	2.505	1.959
Serviços mercado interno	0	104	300	404
Efeito IRFS 15 *	-908	582	-908	582
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	139.270	116.704	139.570	117.004
Deduções da receita bruta	-34.472	-29.641	-34.509	-29.678
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	104.798	87.063	105.061	87.326

* Ver Nota Explicativa 23

23. EFEITOS DO IFRS 15

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 no resultado do período/exercício:

	31/12/18	31/12/19	Efeito líquido no resultado 2019	
Receita	2.302	3.210	-908	
Custos	-1.405	-1.730	325	
Tributo ICMS	-306	-450	144	
Tributos PIS/COFINS	-64	-297	233	
Comissões	-49	-72	23	
O efeito ocorre em faturamentos realizados em 2019 e ainda em trânsito no dia 31/12/2019.	Efeito líquido	329	661	-183

24. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas – Controladora

	31/12/19	31/12/18
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	31.869	27.909
Matérias primas e embalagens	18.413	19.132
Energia elétrica	11.943	9.663
Gastos gerais de fabricação	12.594	8.922
Comissões representantes	2.659	3.470
Fretes	1.461	1.204
Propaganda e promoção de vendas	593	543
Serviços de terceiros	6.244	5.791
Depreciação e amortizações	4.919	5.232
Outros custos e despesas	4.144	2.789
Total	94.839	84.655

Classificados como:

Custo dos produtos/serviços	71.912	63.504
Despesas com vendas	12.030	11.521
Gerais e administrativas	10.881	9.584
Outras despesas operacionais	16	46
	94.839	84.655

b) Resultado financeiro – Controladora

	31/12/19	31/12/18
Receitas financeiras		
Juros recebidos	838	154
Variação cambial ativa	501	285
Outras receitas	4	27
Total da receita financeira	1.343	466
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	-11.018	-10.095
Encargos sobre debêntures	-5.263	-4.859
Encargos sobre tributos e contingências fiscais*	12.425	-9.556
Encargos sobre demais contas	-5	-749
Variação cambial passiva	-432	-55
Outras despesas financeiras	-320	-351
Total da despesa financeira	-4.613	-25.665
Resultado financeiro líquido	-3.270	-25.199

*No ano de 2019 houve reversão por prescrição de contingências fiscais e suas correções. O impacto positivo nas despesas financeiras foi de R\$ 20.165 mil.

25. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

No ano de 2019 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.986 mil (2018 – R\$ 1.887 mil), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: 71 mil
- b) Diretoria: 1.557 mil
- c) Conselho Fiscal: 358 mil

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

	31/12/19	31/12/18
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas		
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	14.090	-7.530
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	7.318	-3.912
TOTAL	21.408	-11.442
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
TOTAL	4.259	4.259
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	5,026	-2,686
Ação ordinária	5,026	-2,686

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

• Exposição a riscos de créditos – Consolidado

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/19	31/12/18
Caixa e equivalentes de caixa	403	861
Contas a receber de clientes	16.305	17.498
Outras contas a receber	3.874	3.561
TOTAL	20.582	21.920

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados

na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

• Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros – Consolidado

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de

	31/12/19	31/12/18
Empréstimos e Financiamentos	158.382	146.754
TOTAL	158.382	146.754

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros – valor justo consolidado

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

	31/12/19		31/12/18	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	403	403	861	861
Clientes e Outras Contas a Receber	20.179	20.179	21.059	21.059
Empréstimos e Financiamento	-158.382	-158.382	-146.754	-146.754
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-10.706	-10.706	-10.960	-10.960
Obrigações com Pessoas Ligadas	-1.811	-1.811	-4.314	-4.314

• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:

28. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

No mês de agosto/17 a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Secretaria da Receita Federal - RFB:

a) Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018.

b) Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018.

Na PGFN:

c) Demais Débitos – que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018.

d) Débitos Previdenciários a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

Tipos de Tributos	Valor antes adesão	Estorno de descontos de parcelamentos anteriores	Valor Adesão
Demais Débitos RFB	85.642	23.501	62.142
Débitos Previdenciários RFB	28.326	7.709	20.617
Demais Débitos PGFN	2.911	-	2.911
Débitos Previdenciário PGFN	17.031	-	17.031
Total	135.386	31.210	104.176

Quitação

Tipos de Tributos	Valor Adesão	Compensação					
		Descontos	BNCSLL/PF	2017	2018	2019	a partir 2020
Demais Débitos RFB	54.794	-	41.643	4.422	5.356	1.544	1.828
Débitos Previd. RFB	20.617	-	15.669	1.714	2.093	1.141	-
Demais Débitos PGFN	2.911	1.132	1.633	146	-	-	-
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	736	7.365
Total	95.353	5.925	58.945	9.688	8.180	3.422	9.193

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019.

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolve fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

CREDOR	CLASSE	VALOR
Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC	Garantia real	13.545.981
D&D Administradora de Bens Ltda	Garantia real	44.318.032
Planner Corretora de Valores S/A (Agente Debêntures)	Quirografário	42.581.953
Vladimir Estanislau Walendowsky	Quirografário	2.607.717
D&D Administradora de Bens Ltda	Quirografário	70.213.890
TOTAL		173.267.572,98

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no próprio Plano.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS – MP470/09

Nos autos do Processo Administrativo no 13971.002346/2010-97 a Têxtil Renauxview buscou a baixa de débitos previdenciários e de PIS e COFINS decorrentes de aproveitamento indevido do crédito-prêmio de IPI, na forma autorizada pela MP nº 470/2009, o que foi negado pela Receita Federal e deu lugar ao mandado de segurança no 5001925-27.2011.404.7205.

Este mandado de segurança foi decidido favoravelmente à empresa, com trânsito em julgado em 18/03/2019. Como consequência, em 05/2019, a Secretaria da Receita Federal baixou em definitivo os débitos correspondentes.

Valor dos débitos envolvidos é de R\$ 16.134 mil.

b) EFEITOS DO CORONAVÍRUS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia está exposta em decorrência dos efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras, em especial a eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como, por exemplo: Recuperabilidade de Ativos, Mensuração do Valor Justo, Provisões e Contingências Ativas e Passivas, Reconhecimento de Receita e Provisões para Perda Esperada.

A Companhia informa que ainda não tem como avaliar os reais impactos em seus negócios em decorrência deste cenário, inclusive com risco de interrupção como consequência de eventual descontinuidade das operações de parceiros, fornecedores e clientes.

Previsões iniciais do mercado indicam para retração do PIB no Brasil em 2020 para menos 0,7%, ante a projeção positiva inicial do mercado em 1,8%. Assim, o impacto na diminuição das receitas da companhia, aumento de sua inadimplência e consequentes contingências, dependerão de medidas emergenciais a serem sancionadas pelo governo e pela retomada do mercado como um todo.

A companhia permanece assim atenta no intuito de que estes efeitos sejam os menores possíveis.

32. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Brusque/SC, 18 de março de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente
HEITOR RODOLFO DE SOUZA - Conselheiro
JAIR PACHECO - Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente
MARCIO LUIZ BERTOLDI - Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI
CRC SC 023.517/O-3

CONSELHO FISCAL:

ANDRÉ CESAR URBAINSKI
CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO
DARCI DEBASTIANI
HÉLIO DA SILVA
MARCELLO JOAQUIM PACHECO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Extraído da Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 26 de março de 2020)

i) O Conselho Fiscal Têxtil Renauxview S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Companhia elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2019.

ii) Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Next Auditores Independentes, datado de 25 de março de 2020, emitido sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Srs. Conselheiros Fiscais:

André Urbainski
Cláudia Andonini Peluso
Darci Debastiani
Hélio da Silva
Marcello Joaquim Pacheco

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TÊXTEL RENAUXVIEW S/A (“COMPANHIA”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à COMPANHIA e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e,

portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade Operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da COMPANHIA continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras.

Consideramos como principal assunto de auditoria devido a COMPANHIA ter preparado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, apesar ter apurado resultado positivo no ano de 2019, a COMPANHIA vem obtendo sucessivos prejuízos. Não obstante, as informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 291 milhões (R\$ 313 milhões em 2018).

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da COMPANHIA incluíram, entre outros:

- Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA;
- Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA.

Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela COMPANHIA relacionada com esse assunto, presente na nota explicativa nº 01, 30 e 31 que tratam da “Continuidade Operacional”, “Plano de Recuperação Extrajudicial” e “Eventos Subsequentes”, respectivamente.

Nesse contexto, entendemos que a continuidade das atividades operacionais depende do êxito destes projetos ou de novos aportes de capital, bem como os impactos decorrentes do coronavírus na economia não atinjam significativamente a COMPANHIA. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto.

Impairment dos ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos imobilizados apresentados nas demonstrações financeiras totalizaram um valor de R\$ 117 milhões de reais, sendo que detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável destes ativos estão descritos nas Notas “3.g) Imobilizado”, “3.i).ii) Ativos não financeiros” e “13 – Imobilizado” às demonstrações financeiras.

Consideramos o impairment dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude de seus saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos e relativo grau de subjetividade, que por sua vez consideram premissas e taxas de descontos que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a execução de testes sobre o laudo de avaliação dos ativos e das premissas utilizadas pelos profissionais contratados pela COMPANHIA.

Consideramos assim que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da COMPANHIA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da COMPANHIA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COMPANHIA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau-SC, 25 de março de 2020.



Next Auditores Independentes
CRC-SC 8.765/O-4
Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável
Contador CRC-SC 029.522/O-0